

DO OUTRO LADO DA TELA: GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA EM INVASÕES *ON-LINE*

Francisco Vieira da Silva¹

Resumo: Este trabalho analisa materialidades discursivas que foram produzidas durante sobre invasões *on-line* efetuadas em aulas, palestras e/ou *lives*, no decurso da pandemia da Covid-19, com vistas a relacionar como o gênero e a sexualidade são acionados para produzir violência e, desse modo, cercar o debate produzido em diversas instâncias das mídias digitais. Para tanto, ancora-se, principalmente, nas teorizações de Foucault (2007; 2010), acerca do discurso, do poder e o dispositivo da sexualidade. A produção da violência encontra-se intimamente relacionada ao gênero e à sexualidade, uma vez que as estratégias usadas nas invasões valem-se de insultos verbais e a da exposição de imagens pornográficas que inserem a mulher num lugar de submissão.

Palavras-chave: Relações de gênero; Sexualidade; Violência; *Internet*.

From the other side of the screen: gender, sexuality and violence in on-line invasions

Abstract: This paper analyzes discursive materialities that were produced online during classes, lectures and/or *lives*, during the Covid-19 pandemic, in order to relating how gender and sexuality are triggered to produce violence and, in this way, curtail the debate produced in different instances of digital media. Thereunto, it relies mainly on Foucault's (2007; 2010) theorizations about discourse, power and the device of sexuality. The production of violence is closely related to gender and sexuality, since the strategies used in the invasions rely on verbal insults and the exposure of pornographic images that insert the women in a place of submission.

Keywords: Gender relations; Sexuality; Violence; *Internet*.

INTRODUÇÃO

Desde quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o estado de pandemia para a disseminação do novo coronavírus (SARS-Cov-2), agente causador da Covid-19, em meados de março de 2020, muitas atividades escolares, acadêmicas e de trabalho passaram a ocorrer de maneira remota, a partir da utilização de diversas plataformas disponíveis nas tecnologias digitais. Nesse sentido, aulas, palestras, seminários e *lives* ganharam espaço por meio de

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (francisco.vieiras@ufersa.edu.br)

videoconferência, tendo em vista que as medidas de combate à pandemia da Covid-19 postulam a necessidade do distanciamento social, implicando, assim, a premência em evitar aglomerações de pessoas (CORRÊA-FILHO; SEGAL-CORRÊA, 2020).

Como corolário desse uso, diversas atividades que ocorreriam em espaços públicos, como escolas e universidades, ou privados, como reuniões de trabalho, conseguiram um alcance ainda maior na seara da *web* e das mídias digitais, por meio de diversas possibilidades de divulgação. No entanto, têm sido comuns invasões em videochamadas de grupos de hackers que buscam atordoar o debate instaurado e criar um clima de hostilidade e agressão (KIKUTI, 2020). Os ataques ocorrem, não por coincidência, quando se discutem temas sensíveis, no sentido empregado por Fernando Seffner e Nilton Pereira (2018), os quais se relacionam ao gênero, sexualidade, raça, ditadura militar, violência contra as minorias, preservação do meio ambiente, dentre outros. Nessas invasões, são corriqueiras práticas como exibir vídeos pornográficos, proferir palavras que afetam a integridade dos sujeitos que falam, a partir de comentários misóginos, racistas, homo/lesbo/transfóbicos, xenofóbicos e tentar calar os que pensam diferente, por meio da balbúrdia e da desordem. Como tais ameaças incidem sobre questões caras ao momento político vivido atualmente, não é antecipado afirmar que as invasões são provenientes de movimentos alinhados à extrema direita, os quais estão sensivelmente relacionados à política do ódio desencadeada na internet, especialmente a partir dos movimentos de junho de 2013, a campanha eleitoral de 2014, deposição da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, e da vitória presidencial de Jair Bolsonaro, em 2018.

De acordo com um texto que circulou no *site* do jornal o Tempo, assinado por Márcio Santos, o Brasil é o 4º país do mundo entre 157 nações que mais sofre ataques cibernéticos. A mecânica dessas invasões sofisticada-se à medida que se ampliam os recursos sociotécnicos para a proteção dos dados de pessoas físicas e empresas. Quando, no contexto pandêmico, boa parte do trabalho passa a ser on-line e uma quantidade imensurável de informação, em especial sobre a saúde perpassa o ambiente digital, notadamente num momento em que urge descobrir a eficácia de uma vacina contra a Covid-19, reclama-se ainda mais a demanda por segurança na rede. Nessa lógica, tais ataques não apenas podem causar danos psicológicos e morais, no sentido de afrontar a subjetividade das vítimas, como também econômicos, em diversas escalas. De acordo com a reportagem antes citada, estima-se que cerca de 80 milhões de reais foram perdidos em razão de ataques cibernéticos no Brasil, entre 2017 e 2018. De clonagens de cartões de

créditos a invasões em sites de grandes conglomerados econômicos, do *revenge porn* à exposição pública de informações privadas, a disseminação de grupos que cometem cibercrimes ainda encontra um lugar propício para praticar uma série de delitos, embora haja alguns mecanismos de controle no cenário nacional.

É possível citar como exemplo o Marco Civil da Internet (MCI), Lei 12.965/2014, que regula o uso da *internet* no Brasil e assegura, dentre outros princípios, a inviolabilidade, o sigilo e a troca de informações entre os usuários e priorizar a neutralidade da rede, ao postular que os usuários de um dado plano serão onerados pela velocidade da internet e não pelo conteúdo que acessa. Em 2018, o MCI foi complementado, em razão da Lei 13.709, de 2018, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a qual só entrou em vigor em agosto de 2020. De acordo com o Art. 2º dessa legislação, a proteção dos dados tem como fundamentos o respeito à privacidade, à autodeterminação informativa, à liberdade de expressão, de informação e de opinião, à inviolabilidade da intimidade e da imagem, ao desenvolvimento tecnológico, econômico, à inovação, à livre iniciativa e concorrência, à defesa do consumidor, aos direitos humanos, ao livre desenvolvimento da personalidade, à dignidade e ao exercício da cidadania por pessoas naturais.

Tais dispositivos mostram um avanço do país no tocante à consecução do direito digital. Há uma variedade de projetos de leis que tramita no congresso acerca do tema, embora nem todos apresentam uma coerência com os modos de governança da rede. Conforme Ronaldo Lemos, pesquisador que fundou o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS), instituição que contribuiu para a elaboração do MCI e da LGPD, em entrevista à revista *Continente*, “[...] Entre 1995 e 2014, o Brasil praticamente não legislou sobre internet. De 2014 para cá, há uma inflação de projetos de lei para tratar da internet, muitos deles estapafúrdios” (LEMOS, 2020, s.p.).

Ainda de acordo com ele, “[...] os congressistas perceberam que legislar sobre internet pode trazer atenção. E há também casos bem-intencionados e outros mal-intencionados”. Isso significa dizer que o *modus operandi* da *web* é perpassado por interesses políticos os quais buscam minar ou acelerar a construção de marcos regulatórios. Como exemplo, podemos citar a resistência de parlamentares no tocante à CPMI das *fake news*. Amparando-se no termo guarda-chuva “liberdade de expressão”, vozes dissonantes buscam retardar o debate acerca da urgência em analisar, de maneira mais detalhada, a problemática da proliferação do uso político das notícias falsas.

Ressoando essas vozes, os ataques perpetrados em salas, palestras e *lives* que serão problematizados neste texto encontram condições de existência numa conjuntura político assinalada, de maneira profunda, pelo apelo ao insulto e o uso da violência. Quando se interseccionam temas como gênero, raça e sexualidade, é possível rastrear certas regularidades no modo de constituição de discursos odiosos. Conforme discutiremos posteriormente, as invasões *on-line* quando mulheres tomam a palavra e falam sobre temáticas concernentes aos direitos humanos, à violência contra a mulher, ao racismo, dentre outras. Seguindo Michel Foucault (1996), perguntaríamos: onde está o perigo de esses discursos serem produzidos e circularem indefinidamente? Por que é necessário silenciá-las? Por que elas não devem ser ouvidas? Essas indagações nos provocam a pensar as relações entre o discurso, o desejo e o poder em circunstâncias sociais e políticas conturbadas, nas quais um jogo de forças ameaça a consecução de direitos historicamente conquistados.

De modo mais específico, propomos discutir, neste texto como a violência dos ataques *on-line* a salas de videoconferência, durante a pandemia da Covid-19, aciona práticas discursivas relativas ao gênero e à sexualidade, entrevistados como construções que transcendem os mecanismos biológicos e se articulam com o social, a cultura e a história.

O *corpus* de análise é composto por três materialidades discursivas que tratam das invasões *on-line* no decurso da pandemia da Covid-19. A coleta ocorreu no início do mês de outubro de 2020, através do buscador do *Google*, por meio das entradas “ataques *on-line* em videoconferência”, e “invasões *on-line* em aulas e *lives*”. Os resultados da pesquisa apresentaram, nas dez primeiras ocorrências, matérias disponíveis nos seguintes *sites*: Andes, Tecmundo, G1, Agência Jovem, jornal O povo, revista Fórum, Universa, Canaltech, Ndmais e Tribuna *On-line*. Escolhemos, dentre essas materialidades, as que pudessem evidenciar a relação entre gênero, sexualidade e violência e que foram publicados nos seguintes sites: Agência Jovem, Revista Fórum e Universa. Em relação à metodologia, trata-se de um estudo descritivo-interpretativo de abordagem qualitativa.

Sobre a organização deste escrito, convém frisar que se encontra estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, há mais três seções. Na primeira, pondera-se sobre a tríade gênero, sexualidade e violência, na interface com as reflexões sobre o discurso e a linguagem. Na segunda, vislumbra-se o exercício analítico do *corpus*, levando em conta os debates compreendidos no

tópico precedente. Na terceira, constam-se algumas considerações com pretensões conclusivas para esta investigação.

SOBRE A TRÍADE GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA

Na aula inaugural do *Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970, Michel Foucault tomou como ponto de partida o acontecimento riualístico de sua entrada nessa renomada instituição de ensino francesa para discorrer sobre a conexão do discurso com o poder. Segundo Foucault (2007, p. 96), o “[...] discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”. Assim, a produção do discurso é continuamente controlada, organizada e redistribuída “por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 9). Tal controle deslinda-se no esteio de procedimentos externos ou internos ao discurso, bem como os que delimitam os sujeitos que falam.

Em relação aos externos, Foucault (1996) fala-nos da interdição, mecanismo por meio do qual não se pode dizer o que se quer, não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um não pode enunciar qualquer coisa. Seja pelo tabu do objeto, ritual da circunstância ou pelo direito exclusivo ou privilegiado de fala, tem-se um intrincado cruzamento de interdições, o qual faz emergir zonas proibidas onde as grades são mais cerradas.

Foucault (1996, p. 10) alerta que essas áreas correspondem especialmente à política e à sexualidade e que esse controle faz evidenciar como o discurso está congenitamente interligado com o desejo e o poder. Nas palavras do autor, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Ao pensar nessa relação, Foucault (2010), fala-nos que o discurso é produzido por meio de um saber a partir de práticas discursivas. A concepção de saber, nesse autor, não é correlata da ideia de conhecimento. Segundo ele, o saber refere-se ao que é possível enunciar no interior de uma dada prática discursiva, ou seja, o saber é concebido como uma posição. Dessa maneira, podemos falar em diversos saberes historicamente delineados através de um sem número de práticas discursivas, compreendidas como um conjunto de regras históricas e anônimas que definem as condições de existência para uma função enunciativa. O modo por meio do qual as reflexões foucaultianas enxergam a história distancia-se de uma consciência fundadora, de um cogito, de uma

intencionalidade e se ampara “[...] na análise dos discursos considerados quer em suas correlações internas, isto é, interdiscursivas, quer em suas relações com o extradiscursivo, isto é, com as práticas e instituições sociais” (MUCHAIL, 2004, p. 28).

Ainda conforme as teorizações foucaultianas, subsiste uma ligação contígua entre o saber e o poder. Para Foucault (1999, p. 27), “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. O autor francês concebe o poder por meio de uma analítica que se divorcia das percepções contratualistas e marxistas, uma vez que nessas duas visadas o poder é visto, ora como um agente de dominação e exploração, ora como os desdobramentos de um Estado opressor. Foucault (2006), ao contrário, entende que o poder encontra-se disperso por todo o corpo social e não é possível localizá-lo num ponto específico. Isto é, o poder atravessa todas as relações sociais, entroniza em hierarquias mais explícitas ou mais tácitas, faz funcionar comportamentos e práticas, apresenta uma positividade que o afasta da percepção negativa adotada por outros vieses. O poder age sobre cada um de nós, na nossa individualidade, na construção de nossa identidade. Ou seja, inexistente a possibilidade de tomar o poder, de destituí-lo, pois uma sociedade sem relações de poder só encontra lugar no âmbito do sonho e da quimera.

Por outro lado, isso não quer dizer que não podemos resistir às relações de poder. Pelo contrário, de acordo com Foucault (1995), o poder exerce-se sobre homens livres, numa relação entre parceiros. Trata-se de uma ação que age sobre um campo de ações possíveis, supondo, assim, toda sorte de fugas, sublevações e revoltas. A resistência é coextensiva às relações de poder, é a condição sine qua non para a emergência e funcionamento do poder. Vale lembrar ainda que as teorizações foucaultianas não negam a existência de estruturas de dominação. Porém, não se trata de conceber tais estruturas como vinculadas a um lugar ou prática específica, senão constatar a capilaridade de tais relações e, como extensão, a fluidez das possibilidades de resistir, de criar espaços possíveis para o exercício da liberdade. Ao pensarmos, por exemplo, nas relações de poder historicamente assentadas sobre o sujeito mulher, não deixamos de levar em conta também a diversidade de estratégias de luta e revolta levadas a cabo pelas mulheres na constituição da autonomia e independência. No devir da história, mesmo quando “[...] se clamam pela revitalização do velho casarão e dos laços hierárquicos que sustentavam a família patriarcal” (HARA, 2012, p. 60), emerge

uma heterogeneidade de reações, as quais buscam estancar a atuação de forças retrógradas responsáveis por avivar relações de poder que subjuguem a mulher.

Transversalizando essa reflexão em torno das relações de saber-poder, Judith Butler (2003) propõe que o gênero é uma categoria que vai além de essencialidades biológicas, pois envolve, sobretudo, a cultura e o reconhecimento social das identidades. Para a autora, não é a biologia que produz os sujeitos, mas, sim, a cultura. As identidades de gênero são performativamente constituídas por meio de uma constante iteração. Essa repetição das performances de gênero é concebida como uma espécie de padrão natural e imutável, a qual Butler irá se opor, quando postula que o gênero é fruto de intrincadas relações de poder. Partindo dessa discussão, Paul B. Preciado (2020) enfatiza que o sexo e sexualidade também não são propriedades essenciais do sujeito, senão o produto de diversas tecnologias sociais e discursivas.

Ao empreender uma história da sexualidade, Foucault (2007) insere-se num viés que contraria a centralidade da chamada hipótese repressiva a qual matizou as análises em torno do sexo. Conforme o autor, a sexualidade foi descrita a partir do interdito, de um conjunto de códigos que enxertaram essa prática no campo do silêncio e da proibição. Ocorre, por outro lado, o fato de o sexo, sob uma aparente moralidade inexorável, ser constituído por meio de mecanismos e tecnologias que o colocam em discurso. O percurso trilhado por Foucault (2007) busca escrutinar a sexualidade não por meio daquilo que a proibiu, mas sobre os pontos de vistas, instituições e as técnicas de poder da sociedade ocidental, os quais fizeram do sexo um elemento fundamental na construção do sujeito e, portanto, produziram uma diversidade de dizeres acerca da sexualidade. Crescem, portanto, no esteio da religião, da medicina e da justiça, as formas de governo da sexualidade, tendo em vista uma série de táticas responsáveis por extrair a verdade do sexo de cada um. Mecanismos como a confissão, levada a cabo pelo cristianismo e, posteriormente, absorvida por outras instâncias, representa a principal técnica de saber que busca esquadrihar o fenômeno da sexualidade. Nas palavras de Foucault (2007, p. 32), “[...] criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para interrogar e formular”.

Conforme Foucault (2007), essas relações de saber-poder foram responsáveis pela formulação e funcionamento de um dispositivo da sexualidade que se desenvolve especialmente a partir do século XVIII, a partir de quatro conjuntos estratégicos, a saber: i) histerização do corpo da mulher – o corpo

feminino foi classificado como saturado de sexualidade cujas patologias constitutivas foram interligadas com o corpo social, por meio do controle da fecundidade, e com o corpo familiar, especialmente na educação das crianças, fazendo emergir, com isso, a figura da mulher nervosa e/ou histérica e uma rede de poderes que visam a controlar esse comportamento sexual instável e potencialmente perigoso; ii) pedagogização do sexo da criança – pautava-se na constatação segundo a qual a criança está sujeita a relacionar-se com a sexualidade e é necessário investir em esforços vigilantes para que não se possa naturalizar certas práticas, como a masturbação; iii) socialização das condutas de procriação – refere-se às medidas de cunho econômico que incidiam sobre a sexualidade do casal e o controle das taxas de natalidade; iv) psiquiatrização do prazer perverso – os comportamentos sociais considerados desviantes foram meticulosamente objetivados pelo saber médico e alocados no campo da anomalia e da monstruosidade.

Seja na esfera individual (a mulher, a criança e o dissidente sexual) ou coletiva (a gestão política do sexo do casal), as relações de saber-poder que atravessam a sexualidade e configuram, consoante Foucault (2007), um robusto dispositivo o qual se ocupa em identificar, descrever e controlar as práticas sexuais, a partir da colocação do sexo em discurso. Embora os quatro conjuntos de que falamos no parágrafo precedente não tenham surgido de modo ubíquo, Foucault (2007) os enxerga numa intrincada teia que apresenta certa eficácia na ordem do poder e uma produtividade na ordem do saber.

Na conexão entre gênero e sexualidade, buscamos situar a produção discursiva da violência. Para tanto, ponderamos com Patrick Charaudeau (2019, p. 446), para quem a violência verbal provém de um ato de linguagem “[...] que se manifesta pelo emprego de certas palavras, estruturas ou expressões capazes de ferir psicologicamente uma pessoa, presente ou ausente, diretamente atingida ou em posição de terceiro”. Dentre os elementos que caracterizam a natureza identitária dos sujeitos envolvidos numa ação violenta, Charaudeau (2019) menciona a identidade sexual como um eixo por meio do qual se pode aventar que as representações acerca do homem, mulher e, acrescentamos a existência de identidade não-binárias, são marcadores que podem desencadear conflitos e, por extensão, atos violentos. O modo como essas identidades são reconhecidas e apreciadas pela sociedade e pela cultura permite a existência de certas hierarquias, vulnerabilidades e desigualdades na consecução de ações violentas. Como exemplo, podemos frisar que um homem heterossexual pode adotar um ethos que o coloca numa posição de masculinidade hegemônica (CONNELL;

MESSERSCHMIDT, 2013) e, dessa forma, chancela esse sujeito a ser contrapor, de maneira agressiva, aos demais marcadores sexuais considerados subalternos. Sobre isso, Robert Muchembled (2012, p. 2) assevera que “[...] Até hoje, a cultura da violência é fundamentalmente masculina em nosso universo”.

Articulando essas representações com a explosão da violência nas mídias digitais, Charaudeau (2019) sublinha que a aparente sensação de anonimato autoriza os sujeitos a se posicionarem de forma agressiva, tendo em vista que eles compreendem a web como um espaço livre no qual é possível dizer o que quiser, pois faltam mecanismos regulamentadores. Embora já existam procedimentos legais para apurar e punir a violência on-line, as diversas possibilidades de ludibriar a lei parecem falar mais alto. De acordo com Fernanda Bruno (2013), o ativismo político e a guerrilha informacional ancoram-se no anonimato cibernético e engendram formas de expressão distintas para a exposição do eu. Grupos organizados como *Anonymous* e *Achans* destacam-se na produção dessa gramática agressiva e numa cultura subterrânea do humor bruto, do *bullying* e da ofensa (OLSON, 2014). As formas de expressão antes referidas podem fazer com que o sujeito assuma diferentes identidades *on-line*, por meio de falsos perfis, e sintam-se protegido por pertencer a uma comunidade de semelhantes que agem com os mesmos fins: obter dados sigilosos, destruir reputações, promover injúrias, empreender chantagens e ganhar vantagens financeiras. Conforme Olson (2014), faz parte do *modus operandi* das materialidades discursivas selecionadas para dialogar com esta seção teórica apelar para a misoginia, homofobia, xenofobia, racismo e pornografia. Não raro, tais grupos habitam o território obscuro da chamada *deepweb*, por meio de fóruns anônimos denominados *chans*, nos quais os sujeitos, com posicionamentos mais extremistas, articulam ataques virtuais, divulgam vídeos pornográficos, indisponíveis em navegadores comuns da internet e destilam toda sorte de injúrias, insultos e ofensas.

INVASÕES ON-LINE E VIOLÊNCIA E(M) DISCURSO

Conforme assinalamos na introdução, a análise recobre três materialidades discursivas que circularam nos sites Agência Jovem, Revista Fórum e Universa. Começamos por alguns fragmentos presentes na reportagem publicada no site Agência Jovem, intitulada Violência, racismo e pornografia: as invasões de hackers em videochamadas. O texto começa com um relato em primeira pessoa, tendo em vista uma experiência vivenciada com esse tipo de agressão.

No último sábado, participei de uma videoconferência organizada por um projeto social. Passados 30 minutos de conversa sobre os

riscos da veiculação de notícias falsas e como reconhecê-las, começamos a ouvir gritos.

Nos primeiros segundos, pensei que uma mulher sendo agredida em casa havia ligado o microfone para pedir socorro. Outras pessoas que estavam participando da chamada tiveram essa impressão também. Mas, na verdade, se tratava de um ataque virtual.

Já em desespero, pensando em como agir diante de uma situação de violência doméstica, desbloqueei a tela do celular – antes bloqueada porque estava realizando outros afazeres enquanto ouvia a conversa. Foi então que me deparei com imagens pornográficas sendo exibidas na tela.

Se seguiram mais segundos de desespero, enquanto outras/os participantes e eu tentávamos encontrar alguma forma de denunciar o perfil que compartilhava a tela e removê-lo da chamada. Depois de cerca de um minuto, a pessoa que estava hospedando a chamada conseguiu expulsar o invasor. Ficamos em choque, mesmo porque sabíamos que havia uma mãe assistindo à chamada perto de suas filhas, duas crianças. (CRUZ, 2020, s.p.)

Vejamos que o tema discutido pelo projeto social do qual a jornalista participou enfocava a questão das notícias falsas, como funcionam e como se pode reconhecê-las – problemática cara nos dias de hoje e que afeta a logística de produção em série de conteúdos mentirosos na web. Para Mello (2020), subsiste uma explosão de *bots*, *skockpupets* e *trolls*, os quais fazem ressoar teorias da conspiração e notícias falsas. Trata-se, portanto, de uma temática para a qual convergem os procedimentos de interdição corporificados na invasão *on-line*.

Vemos no discurso da jornalista o estranhamento causado pelos gritos provenientes de um dos perfis que estava na sala. A primeira impressão foi pensar que se tratava de uma mulher sendo agredida. O pânico instaurado levou-a a rapidamente desbloquear a tela para ver o que se tratava e como poderia agir para solucionar a possível agressão. No mesmo instante, constata o ataque *on-line* representado pelo uso da pornografia. O emprego dessa prática discursiva aponta para duas direções, a saber: i) constitui uma estratégia com vistas a silenciar o debate instalado, considerando que esse tipo de imagem chama a atenção e, em certa medida, intimida os que estão presentes na videochamada, muitos dos quais podem sair imediatamente, de modo a esvaziar a reunião; ii) o fato de ser prioritariamente pornografia heterossexual representa uma tática deliberada de violência contra a mulher, pois a concebe como um objeto sexual no âmbito de relações de saber-pode. Decerto, a pornografia maximiza os corpos femininos como alvo do desejo e da sujeição masculina e quando os ataques virtuais

recorrem com frequência a esse tipo de cena, constroem-se sentidos segundo os quais cabe a mulher se submeter aos desígnios do homem. A violência sexual, ainda que, no caso da pornografia, potencialmente seja uma relação consensual, exhibe-se como o ato de violação mais prototípico do patriarcado (SAFFIOTI, 2004).

Assim, as ameaças verbais vindas e a pornografia engendram uma cena assaz ultrajante para o sujeito mulher. Observemos ainda a preocupação, por parte da jornalista, no alcance que tais imagens podem ter, tendo em vista que crianças poderiam se deparar com as gravuras obscenas. Na continuidade da reportagem, são mencionadas outras ocorrências de ataques virtuais ocorridos recentemente: “[...] Outro caso ocorreu em uma reunião virtual que discutia estratégias de combate ao racismo com mais de 70 convidados/as, a maioria mulheres. A conversa foi interrompida por imagens de cabeças sendo cortadas, um homem se masturbando, ameaças de morte a mulheres e a figura de uma suástica.” (CRUZ, 2020, s.p). De acordo com Jean-Jacques Courtine (2013, p. 43), toda imagem relaciona-se com imagens já vistas através de uma memória. Nas palavras do autor, “[...] Existe um sempre já da imagem. Esta memória das imagens pode ser uma memória das imagens externas, percebidas, mas pode ser igualmente a memória das imagens internas, sugeridas, ‘despertadas’ pela exterior de uma imagem”. Nesse caso, as imagens exibidas no ataque virtual relacionam-se, por meio de uma memória, à mutilação corporal, à violência contra a mulher e ao nazismo.

Além disso, a foto de um homem num ato de masturbação é sintomática para discutirmos as relações de saber-poder que enredam o dispositivo da sexualidade. A exibição do falo está ligada à constituição de um poderio masculino que se incrustaria na potência do órgão sexual. Entrecruzando com ameaça de morte às mulheres, essa imagem endossa uma rede de discursos violentos que apregoam a inferioridade feminina e se imbrica as práticas discursivas do gênero e da sexualidade (SAFFIOTI, 2004). Considerando que o público da videochamada era majoritariamente feminino, as estratégias empregadas pelo ataque on-line visam a fazer circular discursos violentos em torno da integridade física e psicológica da mulher, no objetivo de calar as vozes que ressoam, de modo contrário, ao crime de racismo.

Na segunda materialidade, publicada na revista Fórum, deparamo-nos com uma reportagem cujo foco incide sobre o ataque de hackers perpetrado contra a live da pré-candidata à prefeita Fernanda Melchionna (PSOL), de Porto Alegre,

no mês de agosto de 2020. Na matéria assinada por Lelê Teles, podemos destacar: “[...] Minutos antes de iniciar a assembleia, imagens do presidente Jair Bolsonaro, com arma em punho, começaram a ser compartilhadas, além de mensagens LGBTfóbicas e críticas à esquerda. “Hoje é só virtual, amanhã vocês vão ver seus m***”, dizia uma das mensagens” (TELES, 2020, s.p.). A imagem postada, conforme se pode depreender da reportagem, alude a um ato público do presidente Bolsonaro, ainda na época da campanha de 2018, em que o candidato, ao usar um tripé de uma câmera como se fosse um fuzil, afirmou que “iria metralhar os petralhas do Acre”. A ação se somou a todos os discursos e práticas de natureza violenta e antidemocrática empreendidos na trajetória política de Bolsonaro, de forma que o fato de a invasão ocorrer com essa imagem reforça as ressonâncias da virulência engendradas pelo presidente e seus seguidores no trato com os que não coadunam com suas ideias.

A produção da violência no discurso político, de acordo com Vanice Sargentini (2017), ocorre porque a desqualificação do adversário é a regra do jogo. Para a autora, “quando a posição política é tomada como sagrada, como objeto de devoção, a retórica partidária empenha-se em produzir falsificações, zombarias, difamações” (SARGENTINI, 2017, p. 36). Ora, é justamente assim que agem os seguidores do bolsonarismo, uma vez que a desqualificação de movimentos contrários ao governo é diuturnamente efetivada. Assim, a invasão da live da pré-candidata do PSOL, Fernanda Melchionna, vale-se de estratégias que objetivam deslegitimar a existência de partidos que não corroboram com o *modus operandi* do discurso de ódio. Por ser um partido assumidamente de esquerda e defender pautas contrárias à extrema direita, os políticos dessa legenda são continuamente ameaçados.

Na invasão a *live* de Melchionna, uma das mensagens presentes na reportagem explicita que as intimidações não serão reduzidas somente à esfera virtual, mas vão se concretizar em ações concretas, em possíveis investidas no contexto off-line. O alvo a quem se dirige o dizer ofensivo está marcado no plural (“vocês”), o que nos permite interpretar que se trata de uma coletividade de sujeitos inscritos numa posição político-partidária considerada, por assim dizer, impura, indecorosa, corrompida e, por isso, deve ser expurgada. O uso do termo “merda” acentua esse efeito de algo ignóbil e imundo. Ademais, a reportagem frisa que “Os agressores exibiram cenas de abuso sexual, conteúdo pornográfico e outras mensagens misóginas” (TELES, 2020, s.p.). Aqui reside de maneira mais pormenorizada a maneira como o gênero e a sexualidade se entrecruzam na produção da violência contra o sujeito político. A exibição de cenas de violação

sexual repousa em relações de saber-poder que inserem o sujeito mulher no campo da inferioridade e da submissão. Quando destacamos o contexto de uma mulher no campo da política, razão da existência da *live*, podemos constatar indícios de violência política de gênero, porquanto o ataque se volta para as especificidades da mulher e à inserção dela no meio político, historicamente assinalado pela presença masculina.

Na última materialidade de análise, debruçamo-nos sobre uma reportagem que circulou no *site* *Universa* e trata dos ataques sofridos por mulheres em reuniões on-line. A seguir, alguns excertos da materialidade jornalística.

Com pelo menos 115 participantes em uma reunião para falar sobre o mercado de tecnologia para mulheres, a gerente de comunicação da Intel, empresa do ramo, Carolina Gutierrez, levou um susto: em vez do slide que ela compartilhava em apoio à palestra, o grupo, que assistia ao evento em uma reunião do Zoom, viu um órgão genital masculino ser desenhado na tela...

Em dez minutos de tumulto, três pessoas infiltradas destilaram ódio às mulheres e tentaram acabar com o evento: compartilharam áudio de conteúdo pornográfico, como o gemidão do WhatsApp, para que todas ouvissem, e escreveram na tela "Cala boca, vadia". O caso foi em 20 de agosto.

[...]

"Estou há anos trabalhando na área e defendendo que o lugar da mulher é na tecnologia e onde ela quiser, mas quando vi o que estavam fazendo, entendi porque algumas mulheres desistem de seguir na carreira, por exemplo. É um ódio a nós em uma situação que eu nunca imaginei que fosse viver".... (GERALDO, 2020, s.p).

Assim como na materialidade anteriormente analisada, temos uma reunião de mulheres que trata do ingresso feminino em áreas prioritariamente ocupadas por homens, como no caso da política e, agora, no campo do mercado de tecnologia. A invasão ridiculariza a independência e a autonomia femininas. Partindo de uma retórica já detalhada aqui, os ataques não cessam em mostrar a genitália masculina e vídeos pornográficos. Essa ênfase está aliada ao funcionamento do dispositivo da sexualidade, engendrado a partir de diversas linhas, efeitos de saber e relações de força. Desse modo, exteriorizar o órgão sexual masculino redundava em tomar a sexualidade como um elemento de controle e regulação do gênero. Ora, mostrar o órgão sexual feminino a um conjunto de homens não os violentaria, porque não recai sobre eles o receio da violação sexual, o uso da força física e simbólica para se efetivar uma relação. Sobre as mulheres, esse tipo de estratégia pesa muito mais, uma vez que são elas

que convivem com o espectro de um estupro e de uma agressão iminente a seu corpo e sua subjetividade.

As imagens se complementam numa tentativa de silenciamento. A emergência do uso do imperativo “Cala a boca” e do insulto “vadia” agenciam a premência do sujeito que enuncia do seguinte modo: é preciso que as mulheres aceitam sua condição de objeto sexual do homem! O espanto da gerente de comunicação com a gratuidade e profundidade das ameaças leva a constatar a razão de muitas mulheres não conseguirem permanecer na área da tecnologia. Conforme Carolina Gutierrez, trata-se de “um ódio a nós em uma situação que nunca imaginei que fosse viver”. Com efeito, trata-se de discursos extremamente violentos e intimidadores, mas, talvez, o que chame a atenção é a franqueza com que são produzidos. Ocultados sob o manto do suposto anonimato (CHARAUDEAU, 2019), os *hackers* sentem-se tranquilos para produzir todo tipo de dizer que seria interdito noutras circunstâncias. Em suma, as mulheres são vítimas de ataques ferozes, porém não são tornados públicos como no caso de uma invasão. Trata-se, antes de ações pontuais e bem mais tácitas. O ataque, por conseguinte, hiperboliza as microrrelações de violência às quais muitas mulheres se submetem por inúmeras razões.

Na reportagem do *site* *Universa*, são mencionados outros casos de violência virtual, dentre os quais vale resgatar o da promotora do Ministério Público de São Paulo, Valéria Scarance. Na ocasião, ela falava sobre violência contra a mulher, num encontro promovido pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (Unespar). De acordo com a servidora da justiça, o ataque se corporificou em dizeres como “aqui é um clube feminista?”, “homem tem que mandar mesmo”. Segundo Scarance (2020, s.p.), “diziam que aquilo era falta de homem, de um jeito muito baixo. Depois colocaram vídeos pornôis em que a mulher aparecia na condição de submissão”. Os discursos antifeministas balizam-se em dizeres já cristalizados em torno das mulheres que resistem à lógica patriarcal e buscam por condições equitativas nas relações de gênero. Nesse sentido, nos dizeres presentes na invasão à fala da procuradora Scarance tem-se a construção de verdade para a qual ser feminista redundava em não se relacionar com um homem, pois a falta deste seria o elemento motivador para a inclinação aos ideais do movimento feminista. Certamente o fato de essas mulheres discutirem sobre violência não as enxerta literalmente no escopo do movimento feminista; não obstante, o exagero dos posicionamentos dos sujeitos que enunciam no ataque cibernético imediatamente reconhece essa atitude como um comportamento de um “clube feminista”, o qual deve ser desmontado, exposto e alvo de hostilidade.

Em linhas gerais, a mulher é realocada no lugar de objeto sexual e de submissão ao domínio masculino. O uso da modalidade dêontica, expresso na passagem “tem que”, desvela um princípio de obrigatoriedade a que as mulheres presentes na palestra de Scarance desobedecem. Tendo em vista o fato de essas mulheres escaparem da norma a regular o dispositivo da sexualidade, os ataques cibernéticos partem de posicionamentos discursivos os quais visam a reinserir esses corpos e subjetividades femininas em espaços de controle sob o comando do homem. Os vídeos pornográficos, assim como nas demais invasões aqui analisadas, chancelam essa posição, colaborando, assim, para o efeito espetacularizado do ato. De acordo com Rachel Sohiet (2005, p. 609), essa prática “[...] configura-se como uma forma de violência, inoculando representações com vistas à conservação do status quo, através da ridicularização de movimentos em prol de mudanças com relação aos papéis exercidos por mulheres e homens na sociedade”.

CONCLUSÃO

A retórica de ameaça das invasões *on-line* descritas nas reportagens estudadas repousa numa espécie de contraofensiva de setores conservadores da sociedade, aos quais os hackers filiam-se para produzir enunciados violentos acerca do sujeito mulher. Assim, não se trata de que mulher, mas daquelas que, de alguma maneira, resistem a relações de poder responsáveis por inferiorizá-las e torná-las acessórias na construção da história. De modo mais específico, são mulheres que investigam notícias falsas, discutem sobre o funcionamento das *fake news*, pretendem ocupar cargos políticos, incentivam a presença feminina no mercado da tecnologia e refletem criticamente sobre a violência contra a mulher. São corpos rebeldes, insurgentes e transgressores. Sujeitos que não aceitam a pretensa essencialidade de uma superioridade masculina nas relações sociais de gênero. Esses discursos e práticas são concebidos como perigosos num cenário sociopolítico de levante da extrema direita e da insuflação de uma retórica violenta no campo político.

É sob essas condições de emergência que se pode antever a ameaça de direitos duramente conquistados. A ação dos *hackers* é direta no sentido de calar a voz das mulheres não alinhadas ao ideário de um posicionamento de direita. Certamente essas invasões não ocorrem apenas com matizes misóginos e sexistas, mas a recorrência dessa especificidade é algo que merece uma atenção mais acurada. O destaque conferido ao insulto responsável por produzir violência de gênero complementado, no plano da visualidade, com as imagens de pornografia

e estupro compõe uma estratégia previsível, mas não menos ameaçadora e ultrajante para a dignidade da mulher.

Ainda que na *internet* haja mecanismos punitivos, estes ainda são negligenciados por parte dos *hackers*. Além disso, inserir o debate apenas sob o prisma da lei não é o suficiente. Sabemos que algumas regulamentações importantes, como a Lei Maria da Penha (nº 13.140/2006), embora tenha incentivado a mulher a denunciar práticas violentas, não ensejou, por outro lado, uma drástica redução nos casos de agressão. O mesmo pode ser dito em relação à Lei do Feminicídio (13.104/15). Quer dizer, é inócuo esperar mudanças comportamentais profundas apenas a partir dos mecanismos legais e repressivos. Convém encetar mudanças mais estruturais, as quais perpassam de modo precípuo o respeito aos princípios democráticos e cidadãos. Outras instituições como a escola, associações da sociedade civil e a mídia podem contribuir com a construção de condutas menos belicosas e mais humanizadas nas questões de gênero e sexualidade.

Vimos que o dispositivo da sexualidade é composto por uma complexa teia de relações de saber e poder. Essas relações, na esteira foucaultiana, estão encadeadas a estratégias de resistência. As agressões têm decisivamente um impacto inquestionável, mas não é fatal ou definitivo. Pelo contrário, tende a incentivar a discussão sobre temáticas momentaneamente interdidas por práticas avessas à pluralidade republicana, democrática e cidadã. É preciso, segundo as palavras de Débora Pазetto (2020, p. 49) não “[...] perder a capacidade de imaginar que as coisas podem ser diferentes; de desejar outras formas de existência e coexistência; de construir projetos viáveis de sociedade; de acreditar na potência da ação política coletiva”.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e sociedade**. Porto Alegre: Sulina, 2013. (Coleção Cibercultura).

CHARAUDEAU, P. Reflexões para análise da violência verbal, **Desenredo**, Passo Fundo, v. 15, n.3, p. 443-476, set./dez. 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/9916/114114895>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CORRÊA-FILHO, Heleno Rodrigues; SEGAL-CORRÊA, Ana Maria. Lockdown ou vigilância participativa em saúde? Lições da Covid-19, **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n.124, p. 5-16, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sdeb/2020.v44n124/5-10/pt>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito, **Revista de Estudos Feministas**, v. 21, n.1, jan./abr. 2013.

COURTINE, J. J. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis: Vozes, 2013.

CRUZ, J. Violência, racismo e pornografia: as invasões de hackers em videochamadas, **Agência Brasil**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.agenciajovem.org/wp/violencia-racismo-e-pornografia-as-invasoes-de-hackers-em-videochamadas/> Acesso em: 10 out. 2020.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos; IV).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GERALDO, N. Em reuniões virtuais, mulheres são atacadas com pornô e mensagens machistas, **Universa**, [s.l.] 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/30/em-reunioes-virtuais-mulheres-sao-atacadas-com-porno-e-mensagens-machistas.htm>. Acesso em: 20 set. 2020.

HARA, T. **Ensaios sobre a singularidade**. São Paulo: Intermeios; Londrina: Kan Editora, 2012.

KIKUKI, A. Ataques misóginos a mulheres jornalistas também são ataques à liberdade de imprensa, **Observatório da imprensa**, [s.l], 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ataques-misoginos-a-mulheres-jornalistas-tambem-sao-ataques-a-liberdade-de-imprensa/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LEMOS, R. Entrevista, **Revista Continente**, Recife, ed. 238, set. 2020.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**: notas de um repórter sobre *fake news* e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MUCHAIL, S. T. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MUCHEMBLED, R. **História da violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

OLSON, P. **Nós somos Anonymous**: por dentro do mundo dos *hackers*. São Paulo: Novo Século, 2014.

PAZETTO, D. Todas as razões para fazer uma revolução estão aí, mas os corpos estão diante das telas, **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 46, p. 141-151, jan./jun. 2020.

PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F. Ensino de história: passados vivos e educação em questões sensíveis, **História Hoje**, São Paulo, v.7, n.13, p. 14-33, 2018.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SANTOS, A. Ataques cibernéticos são subestimados durante a pandemia. **O Tempo**, Belo Horizonte, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SARGENTINI, V. M. O. Violência no discurso: insulto, hostilidade e cinismo. *Iz*: FERNANDES, C. A. (Org.). **A violência na contemporaneidade**: do simbólico ao letal. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 27-46.



SOIHET, R. Zombaria antifeminista: instrumento conservador entre libertários, **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-611, set./dez. 2005.

TELES, L. Em mais um ataque da direita, *live* de Fernanda Melchionna, do PSOL, é invadida por *hackers*, **Fórum**, [s.l.] 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/em-mais-um-ataque-da-direita-live-de-fernanda-melchionna-do-psol-e-invadida-por-hackers/>. Acesso em: 10 out. 2020.

Recebido em 24 de outubro de 2021

Aprovado em 15 de julho de 2021